

O vale tudo

“É falso que a entidade reguladora tenha forçada a RTP a acabar com o programa de Marcelo”, garante Estrela Serrano. “Não pode valer tudo”, diz a ERC



Estrela Serrano

P

ublicou o jornal *i*, na sua edição de 13 de Janeiro, um artigo de Maria Filomena Mónica intitulado “O saneamento de Marcelo”. Nesse artigo, a propósito de notícias vindas a público de que a RTP se prepara para alterar os programas de comentário político de Marcelo Rebelo de Sousa (MRS) e António Vitorino (AV), a autora desfere um violento ataque à ERC, afirmando, a dado passo, que a espanta “a passividade de um povo que aceita que uma instituição tão idiota como a Entidade Reguladora para a Comunicação Social – a ERC – meta o bedelho, a coberto de regras absurdas, no quotidiano televisivo”. Mais adiante, a articulista pergunta “por que razão a RTP não dá um coice nas quotas da ERC”, e termina afirmando que, “forçada pela ERC, a RTP deseja é libertar-se de uma voz incómoda”. Finalmente, oferece-se “para resolver o problema da RTP” caso esta “não encontre ninguém [para substituir Vitorino]”.

Teria sido fácil a Filomena Mónica informar-se directamente junto do director de informação da RTP sobre as razões que o levam, se é que a informação é verdadeira, a alterar o formato ou a prescindir do programa de MRS antes de se lançar numa diatribe contra a ERC, sem rigor nem fundamento. Está, naturalmente, no seu direito ao criticar as decisões da ERC. Porém, tratando-se de uma professora e investigadora, esperar-se-ia que, no mínimo, o fizesse procurando primeiro inteirar-se dos factos. Ora Filomena Mónica preferiu usar a demagogia da crítica fácil e sempre popular contra a ERC.

Filomena Mónica erra ao atribuir à ERC a responsabilidade pelas decisões que a RTP tomou ou venha a tomar quanto aos programas em causa. É falso que a ERC “meta o bedelho” na RTP (ou em



As “Escolhas de Marcelo” acabam no fim de Fevereiro

PEDRO AZEVEDO

qualquer outro meio de comunicação social), neste ou noutros casos. É igualmente falso que a ERC imponha “quotas” aos programas em causa ou a quaisquer outros. É ainda falso que a ERC tenha “forçado” a RTP a acabar com o programa de MRS ou com qualquer outro. A ERC desconhece completamente qualquer iniciativa da RTP relativamente aos citados programas, sabendo apenas o que sobre o assunto tem sido publicado na imprensa e na própria RTP.

Vejamos então: no âmbito das suas atribuições e competências, a ERC publica, anualmente, no relatório sobre o cumprimento do pluralismo político-partidário no serviço público de televisão, a sua avaliação sobre a presença do governo e dos partidos políticos na informação diária da RTP e nos programas de debate, entrevista e comentário político. Para avaliação da informação diária estabeleceu “valores-referência” (impropriamente chamados “quotas”), baseados na representação parlamen-

tar das diferentes forças políticas. Na avaliação dos programas não existem “valores-referência”, limitando-se a ERC a identificar eventuais desequilíbrios na presença nesses programas dos diferentes protagonistas político-partidários.

Relativamente aos programas de MRS e AV, nos relatórios de 2007 e 2008 a ERC chamou a atenção da RTP para a “ausência de pluralismo na representação das diferentes correntes e sensibilidades políticas e ideológicas ao nível dos programas de comentário político”, tendo, já em 2009, considerado positivo que a RTP tenha alargado o comentário político a outras correntes ideológicas.

Afirmar, como levemente faz Maria Filomena Mónica, que a RTP foi “forçada pela ERC” a “libertar-se” de MRS, não é próprio de uma pessoa com as responsabilidades intelectuais de Filomena Mónica. É que não pode valer tudo na luta para ser lida (e citada).

Vôgal do Conselho Regulador da ERC